

023ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 29NOV2012

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Passamos à

PAUTA

Não há quem queira discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.
O Ver. Beto Moesch está com a palavra em Tempo Especial.

O SR. BETO MOESCH: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, passo a fazer o relato preliminar porque, na sexta-feira que vem, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, farei o relato com filmagens, fotos e anotações da viagem a Portugal. Foi uma visita técnica. Foram sete visitas técnicas para conhecer o sistema de gerenciamento de resíduos sólidos de Portugal. Mais uma vez quero agradecer à Mesa Diretora e a todos os Colegas pela oportunidade de estarmos lá acompanhando uma das experiências mais positivas e impactantes que eu já vi com relação a resíduos sólidos. Vejam, nós não fomos para a Alemanha, mas para Portugal, um país com várias dificuldades, um país em crise, um país muito similar ao nosso, mas que está muito, mas muito à frente de nós no quesito gestão de resíduos sólidos. Primeiro, eles investem muito nisso. Há um investimento extraordinário porque lá a gestão de resíduos sólidos é uma prioridade. Então, há investimento nos aterros sanitários existentes – lá não há mais lixões, não há sequer um lixão mais em Portugal. Até 2001 existiam mais de 300 lixões em Portugal, e eles conseguiram eliminar isso, dentro de um prazo estabelecido com a comunidade européia, em 15 anos. Eliminaram, portanto, todos os lixões, e os aterros sanitários existentes, que já são minoria, porque a grande parte da gestão dos resíduos se dá através de reaproveitamento de resíduos com triagem, com transformação de muitos dos produtos de resíduos como o biodiesel, a queima do rejeito como energia, e assim por diante, mas, dos aterros que ainda existem, porque lixão não há mais, são aterros com aproveitamento total da energia através do metano. Nós não sentimos cheiro nos aterros, não há cheiro, eles não fedem. É impressionante – isso que são os aterros, sem falar nas

usinas. Então, há um investimento muito grande nesse sentido. Na cidade do Porto, por exemplo, visitando uma usina, observei que o rejeito, ou seja, aquilo que não se consegue reciclar, é queimado. Parece uma indústria futurista, é impressionante. Os almoços são lá mesmo, a gente almoça no próprio local, para vocês terem uma ideia.

Isso é com relação à arte tecnológica, em síntese. Mas o que está por trás disso? É a isso, é justamente a esse quesito que nós, Vereadores, temos que nos ater. Eles construíram um sistema político institucional e legal que chegou a tudo isso, com metas. Então, por exemplo: tem que reaproveitar 60% de todos os resíduos, e, para isso, recebem financiamento; se não conseguirem reaproveitar 60%, recebem uma punição. Então não é como a nossa legislação, que dizem que é a mais avançada do mundo em termos ambientais, que, geralmente, tem leis genéricas, e na qual, por exemplo, se diz que o gerador é responsável por tudo aquilo que coloca no mercado. Ponto. Sem metas, sem datas para cumprir.

O Sr. Márcio Bins Ely: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Peço um aparte a V. Exa., Ver. Beto Moesch, que tem, ao longo da sua trajetória, carregado a bandeira ambiental. Eu só quero aqui fazer um registro: a Câmara Municipal de Porto Alegre não poderia estar melhor representada do que com V. Exa. nesta atividade. Cumprimentos pelo relatório, parabéns pela participação. Acho que são modelos que precisamos avaliar, conhecer, para ver de que maneira podemos também aplicar, aqui na nossa Cidade, aquilo que está acontecendo lá na ponta, no Primeiro Mundo, em termos de meio ambiente. Cumprimentos a Vossa Excelência.

O SR. BETO MOESCH: Obrigado, Ver. Márcio Bins Ely.

O Brasil está numa transformação legal muito grande em virtude da nova política nacional de resíduos sólidos, mas que não estabelece metas, ao contrário da legislação europeia e portuguesa. Aí está a diferença: metas, percentuais de reaproveitamento, para conseguir financiamento; se não conseguir, punição. Esta é a diferença: uma legislação mais objetiva.

Outro dado importante – meus cumprimentos mais uma vez, Ver. Luiz Braz, sempre atento: não há, na maior parte dos Municípios, a coleta porta a porta. Claro que a própria legislação diz que o máximo de distância deve ser de 100 metros, mas não é porta a

porta. Então, nós, em todo o país, vemos os coletores de materiais recicláveis – plástico, vidro, metal e papel – e, claro, do orgânico.

Outro dado interessante: os Municípios se consorciam – dois Municípios, oito Municípios, dependendo do lugar aonde nós fomos – e investem, criam uma empresa que faz o serviço de reaproveitamento. Eles usam uma expressão em todos o país, olhem que interessante: a valorização dos resíduos. Esse é o conceito de todos o lugares aonde fomos. O resíduo que chega lá tem que ser valorizado. É uma outra visão de gestão de resíduos sólidos. E é Portugal, Braz, não é Alemanha, isso que é interessante, está mais próximo de nós, é mais real. Se eles conseguiram, por que nós não vamos conseguir? E eu estive, Presidente Zacher – foi um orgulho muito grande para nós e para a Câmara – com o Ministro do Meio Ambiente de Portugal, para, justamente, estabelecermos o termo de compromisso, o termo de cooperação técnica com a Câmara de Vereadores. A minuta que está sendo montada lá por eles está para nos ser repassada a qualquer momento, para que, claro, seja analisada pela Mesa e pela Procuradoria, porque eles querem fazer um intercâmbio com a Câmara de Vereadores e com o Brasil de uma forma geral. Então, é impressionante como eles sempre nos recebem bem e querem trocar experiências conosco. É claro que eles também têm muito o que aprender conosco, óbvio, mas, no quesito resíduos sólidos, nós, com certeza, temos mais do que aprender com Portugal.

Eu vou, então, demonstrar com mais detalhes essa apresentação, na próxima sexta-feira, às 10h, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, para quem tiver interesse. Nós vamos também divulgar para o Executivo, enfim, para outras pessoas, porque há muita filmagem, muitas fotos e muitos dados que nós queremos apresentar.

E só mais um dado importante, para finalizar: em Portugal, todo produto que se coloca no mercado tem de ser registrado. Então, se eu coloco uma caneta no mercado, essa caneta é registrada e ela vai ter de ser reciclada. Não é como licença ambiental; a licença ambiental é apenas um detalhe no processo. E aí vem a meta atual dos 60%, que vai chegar a 90% logo em breve.

Portanto, não tem saída: a responsabilidade é da empresa, não é da sociedade, não é do Município. O Município, claro, tem a sua responsabilidade. Qual é? Recolher esse resíduo. Mas, através de uma organização quase que perfeita, onde não tem como essa caneta, por exemplo, não ser reciclada, porque ela tem de ser registrada. E aí começa, então, um sistema muito bem montado, onde há investimento, onde se geram empregos –

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
023ª Sessão Extraordinária 29NOV2012

muito emprego é gerado em virtude disso –, onde as empresas criadas para montar o sistema, inclusive, têm lucro. Enfim, uma experiência fundamental. Nós vamos ter de apreciar, no ano que vem, o Plano Municipal de Resíduos Sólidos – se o Executivo não apresentar, esta Câmara vai ter de apresentar –, e eu entendo que essa experiência com Portugal é, sim, sem sombra de dúvida, uma referência muito importante. Mais uma vez, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Muito obrigado, Ver. Beto Moesch. Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h28min.)